

**JEAN MAUGÜÉ: O DISCRETO CHARME DO PRECURSOR DA
FILOSOFIA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA / JEAN MAUGÜÉ: THE
DISCREET CHARM OF THE PRECURSOR OF THE BRAZILIAN
UNIVERSITY PHILOSOPHY**

Ricardo Henrique Resende de ANDRADE*

RESUMO

Este artigo discute as diretrizes para o ensino de filosofia de Jean Maugüé e sua influência na formação dos primeiros filósofos acadêmicos no Brasil durante o período em que atuou como professor da Universidade de São Paulo. Destaca-se a elegância do seu magistério e a sua compreensão da cultura brasileira na formulação do seu projeto de ensino. De acordo com Maugüé a filosofia deve ser um esforço de reflexão sobre a vida no presente. Logo, o estudante deve possuir, previamente, uma “cabeça bem forrada” de conhecimentos científicos e artísticos. O genuíno aprendizado filosófico deriva de uma experiência íntima, pessoal e caudatária do conhecimento da história da filosofia a partir de suas fontes originais.

PALAVRAS-CHAVE: Jean Maugüé. Ensino de Filosofia. Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

This article discusses Jean Maugüé's guidelines for the teaching of Philosophy and his influence in the formation of the first academic philosophers in Brazil during the period he acted as teacher of Universidade de São Paulo [University of São Paulo]. It will be highlighted the elegance of his teaching and his understanding of Brazilian culture in the formulation of his educational project. According to Maugüé, philosophy must be an effort to reflect on life in the present. Therefore, the student must previously possess a "well-lined head" of scientific and artistic knowledge. Genuine philosophical learning stems from an intimate, personal, and caudatory experience of the knowledge of the history of philosophy from its original sources.

KEYWORDS: Jean Maugüé. Teaching of Philosophy. Universidade de São Paulo.

* Professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Amargosa – BA – Brasil. E-mail: ricardoandrade@ufrb.edu.br

Uma curiosidade acerca da carreira acadêmica de Jean Maugüé (1904-1990), ainda que soe paradoxal, deve ser registrada de início: ele não era exatamente um acadêmico, no sentido mais estrito ou mais familiar do termo. Não tinha grande devoção pela instituição universitária, nunca fez tese de doutorado e antes de sua contagiante experiência na Universidade de São Paulo - USP atuou num Liceu provinciano em Montluçon no interior da França. Em 1943, deixou o cargo na USP para compor as forças francesas de resistência à ocupação nazista no norte da África, comandadas, a partir de Londres, pelo general Charles De Gaulle. Depois se tornou diplomata para enfim se aposentar como professor do Lycée Carnot em Paris.

A julgar pela unanimidade dos depoimentos que serão apresentados a seguir, Maugüé possuía uma inteligência prodigiosa, um extraordinário dom para o ensino e reunia todas as qualidades para engajar-se na atividade de filósofo, tal como fizera seu colega e amigo Jean Paul Sartre. Mas o discípulo de Alain (Émile-Auguste Chartier) e de Léon Brunschvicg, não se tornaria um filósofo renomado como Sartre, nem exatamente um acadêmico especializado como tantos dos seus colegas da escola exegética francesa que chegaram depois dele ao Brasil. Preferiu inspirar seus estudantes para que tomassem esses lugares que, por alguma razão (que ele explicaria mais tarde em sua autobiografia), não quis que fossem os dele. Maugüé foi um formador de acadêmicos no Brasil, mas sem ser ele um acadêmico típico, formou intelectuais mais abertos aos temas gerais do que filósofos especializados.

Este artigo destaca, de forma articulada, dois aspectos da influência de Jean Maugüé durante os anos que atuou como professor de filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL da USP¹: suas diretrizes para o ensino da filosofia e sua própria experiência prática como educador. O jovem professor com traços próprios de encantamento intelectual, pouco afeito a burocracia universitária e as conveniências do carreirismo

¹A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP foi de fato a grande inovação do projeto e principal responsável pelas transformações que a Universidade de São Paulo irradiou por todo país. Foi como se a FFCL tivesse sido fundada para ser uma verdadeira universidade dentro da USP. E uma “Universidade” no sentido mais europeu da expressão. Desde o momento de sua fundação, a USP incorporou a recém-criada FFCL outras seis antigas Faculdades públicas: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Medicina Veterinária, a Escola Politécnica, A Escola Agrícola “Luiz Queiroz” e a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Além dessas instituições, foram previstas, de imediato, a criação de outras duas faculdades: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e a Faculdade de Belas Artes. Contudo, foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras destinada a funcionar como carro-chefe do projeto.

acadêmico, orientou a implantação da primeira experiência profissional (institucionalizada nos moldes universitários) de formação em filosofia no Brasil.²

Como resultado direto e bem-sucedido do projeto dos liberais paulistas que orbitavam em torno do Estadão,³ o ensino superior da filosofia nasce no país com Maugué sob a forma de um ajuste de ponteiros com o fuso civilizatório europeu (ARANTES, 1996). O pioneirismo cativante de Maugué inaugura no Brasil uma cultura acadêmica de ensino e pesquisa em filosofia que teve um papel decisivo na estruturação da experiência filosófica nacional. A experiência das sucessivas missões francesas na USP consolidou o papel da filosofia no Brasil nos moldes franceses: como ente da cultura ilustrada e como instituição do Estado; uma coisa (potencialmente) pública. Foucault se referia ao grupo de filósofos *uspianos* como: o Departamento Francês de Ultramar.

A personalidade marcante de Maugué contrabalançou, em alguma medida, a pressão da burocracia acadêmica estatal que despontava, selvagem, em meio a uma intelectualidade afetada pelo rápido processo de industrialização e modernização cultural que se deu em São Paulo entre os anos de 1930 e 1940. Seu trabalho como professor, despojado das formalidades que ainda caducavam nas antigas faculdades, contribuiu para desembaraçar a filosofia das tutelas ideológicas da Igreja, do Estado e das forças contingentes que disputavam seu controle. Ao que parece, o professor francês não estava disposto a perder tempo com os jogos de poder que se armavam numa instituição ainda em estado de natureza. Mesmo sendo um simpatizante do comunismo, defensor da luta de classes (o

² Este artigo baseia-se, fundamentalmente, nos estudos publicados por Denílson Soares Cordeiro e Paulo Eduardo Arantes e nos depoimentos de Antonio Candido.

³ Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 foram dados os primeiros passos em direção ao projeto de criação da USP – como uma espécie de compensação pelos prejuízos da batalha e em troca de uma trégua nos reclames que insuflaram o motim. Os anseios de ascender à civilidade europeia, que eram compartilhados pela burguesia paulista letrada, foram favorecidos pela nomeação do interventor federal em São Paulo (Governador do Estado) Armando Salles de Oliveira, um notório membro do influente grupo de intelectuais paulistas que orbitavam em torno do jornal Estado de São Paulo; de propriedade da família de Júlio de Mesquita Filho, na época cunhado de Oliveira. O traço mais característico deste grupo era crença de que somente a educação poderia redimir o país do atraso político, econômico e social. Assim, no início de 1934 nascia a USP, destinada a promover uma revolução intelectual cujo alcance reverberaria por todo país, modificando-lhe em grande medida as estruturas do pensamento vigente. Sua criação se deve a habilidade política desse grupo em negociar e fazer concessões de modo a garantir a realização de um projeto cujos efeitos, como já sabiam, somente seriam efetivos em longo prazo (LEOPOLDO E SILVA, 2014; FERNANDES, 1975; ARAÚJO FILHO, 1989).

único das “missões francesas”, segundo Antônio Cândido), Maugüé não se envolveu com a política brasileira, nem com as disputas universitárias.⁴

Com seu exemplo pessoal traçou um perfil modelar de atividade intelectual, baseado numa entrega irrestrita a leitura dos clássicos, bem como da fruição artística e, sobretudo na meditação sobre as questões do presente vivido. Maugüé se interessou por uma filosofia urbana, pública, civil, produzida (e não meramente ensinada) sob os auspícios do Estado, mas não exatamente ao seu serviço. Maugüé desloca o compromisso com o êxito da formação filosófica da instituição, para o estudante. O mérito privado que está associado as longas e solitárias horas no exame do texto filosófico adquire função social como tarefa ao mesmo tempo auto-formadora e civilizatória. Desse modo reconfigura o sentido da formação acadêmica em filosofia: ela pode ser estatal, desde que seja pessoal (privada, individual), para enfim prestar-se como “coisa civil” no sentido estipulado por José Crisóstomo de Souza (2005).

Na opinião de Antônio Cândido, que foi seu aluno na FFCL, Maugüé não possuía exatamente o que hoje chamamos de “espírito acadêmico”. Numa entrevista exclusiva concedida a Denílson Soares Cordeiro,⁵ Antonio Cândido sublinha o caráter didático e pouco acadêmico de Maugüé, sobretudo por considerar essencial que a aproximação da filosofia pudesse ser feita a partir de abordagens filosóficas que abeiravam os assuntos cotidianos. Portanto, não parece encarnar-se em Maugüé aquilo que somente mais adiante consolidar-se-ia como o estilo propriamente uspiano de se fazer filosofia. O trabalho de fundação do uspianismo exegetico – como adesão à filologia dos textos clássicos – só foi realizado mais adiante com as contribuições de Martial Gueroult e Victor Goldschmidt e

⁴ O surgimento de uma Universidade com as pretensões da USP naquelas circunstâncias não poderia ter sido um fato isolado ou simplesmente não imiscuído nos jogos de poder a tencionar a relação do Presidente Getúlio Vargas com os liberais ilustrados do rico Estado de São Paulo, a “locomotiva” do país. No entanto, é válido notar que certa aparência de imparcialidade e certo cariz de excelência intelectual caracterizou o posicionamento desta instituição nos momentos de maior tensão da vida política nacional. A FFCL, na visão dos seus criadores, figurava como uma ilha de excelência destinada ao abrigo da vida inteligente que existia no Brasil, pelo menos no que havia de mais moderno, competente e com maior amplitude cultural. Nasce então uma Universidade que desafia os padrões e as normas autoritárias vigentes, mas ao mesmo tempo, tentava acomodar-se do modo como fosse possível ao regime e suas determinações autoritárias. Desde seu surgimento parece ter havido uma capacidade especial em ajustar-se às circunstâncias políticas, por um lado, mas por outro, mantendo um enorme esforço para não se perder dos trilhos que a conduziriam aos níveis de máxima qualidade que pretendia alcançar.

⁵ Entrevista publicada como anexo de sua tese de doutoramento na USP: *A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil* (2008), sob a orientação de Paulo Eduardo Arantes.

nas décadas seguintes com ascensão acadêmica da geração de ouro: Giannotti, Porchat e Bento Prado Jr. Maugüé foi, portanto, a gênese do academicismo uspiano, mas não da leitura estrutural. Sua fórmula para o ensino superior no Brasil assemelha-se, *prima facie*, com a que foi adotada trinta anos depois por seu colega, também francês e uspiano, Gerard Lebrun (1976) para o ensino secundário de filosofia: “uma linguagem de segurança”, *mise em place* do pensamento filosófico na paisagem ordinária da vida comum. Uma retórica para sensibilizar e iniciar o estudante nas atividades do espírito. De acordo com Antônio Candido:

Maugüé parecia não ter grande apreço pela carreira universitária e era bastante irreverente em relação a ela, chegando a fazer piadas em aula sobre alguns colegas. Por isso, além das aulas, gostava de conversar conosco no corredor sobre os mais variados assuntos e mesmo de convidar alguns para sua casa. Nesses papos livres transmitia muito de suas idéias. Além disso, antes de começar a aula fazia um preâmbulo para comentar os fatos do momento, as fitas de cinema em exibição, os livros que estava lendo. Lembro o dia em que nos disse: “Recomendo a vocês um livro de contos de meu colega Sartre que acaba de sair, *Le mur*”. Creio que, sentindo a situação inicial da Faculdade, a fragilidade da nossa formação ginasial, a necessidade que o Brasil tinha de analisar os seus problemas, concebia o ensino da filosofia como iniciação a um modo inteligente de analisar a sociedade, a política, a cultura. Décio de Almeida Prado contou-me que na sua turma (formou-se três anos antes de mim) Maugüé disse um dia: “Quero que vocês considerem a filosofia como um instrumento para entender melhor a vida, ler bem o jornal, analisar filmes”. Isso mostra que percebia a função que ela poderia ter naquela fase inicial do seu ensino superior em São Paulo (*apud* CORDEIRO, 2008, pp. 188-189).

O “anti-academicismo” de Maugüé favoreceu sua autonomia e sua independência com relação às hierarquias e “liturgias” próprias às carreiras acadêmicas. Assim, protegeu-se das chantagens utilitaristas que a ascensão nos degraus da lida universitária costuma nos obrigar a suportar. Fez da liberdade e da cautela, um antídoto contra a burocratização das atividades do espírito. Desse modo, não foi um típico filósofo de Estado. Manteve-se imune às disputas arrivistas entre pares e, ao que tudo indica, evitou comprazer-se do clientelismo acadêmico, pródigo em favores que sacrificam a dignidade. Construiu o seu estilo a partir de um repertório vastíssimo de conhecimentos e recursos pedagógicos e fez disso a marca própria do seu trabalho. Conviveu com os estudantes nos cafés, organizou exposições de pintura francesa, encorajou os artistas da vanguarda paulista, enfim, rompeu com os

protocolos do carreirismo universitário em favor da edificação de uma experiência cultural de ensino incrementada pelos traços de sua personalidade discreta e ao mesmo tempo entusiástica.

A capacidade de discernir com fineza as ideias, sua paixão por música pintura e literatura, a urbanidade que imprimiu nas relações pessoais e de trabalho eram marcas de seu caráter e se transformaram em uma forte referência estética, ética e política para os intelectuais paulistas. Maugüé projetava em sua própria imagem um ideal ético-político progressista naqueles anos de Estado Novo e de regimes autoritários espalhados por quase todo mundo. Seu prestígio decorre, portanto, mais do que por seu *charme* professoral. A imagem de Maugüé sugeria um ideal de engajamento espiritual devotado ao discernimento e ao exercício civil da filosofia numa sociedade desigual e bem pouco democrática. Maugüé encarna um certo ideal de democratização da filosofia: o gesto generoso que acolhe o interessado, mas não prescinde do rigor e nem do firme compromisso com a tradição filosófica.

Com a criação do curso na USP a filosofia deixaria de ser uma atividade diletante submetida às idiosincrasias de semiletrados e pseudo-eruditos, passando à condição de um exercício público. A tarefa consistia em resistir a banalidade sem render-se as fórmulas do bacharelismo dominante na academia de seu tempo. Um traço fundamental da personalidade de Jean Maugüé era sua compreensão da filosofia como uma cultura aberta ao debate público. Havia nele, naturalmente, predileções filosóficas e literárias, mas não havia o apego dogmático aos autores, nem às teses filosóficas. Tratava todos os temas e pensadores com o mesmo rigor e deferência.

Os vários testemunhos que registraram a presença de Maugüé à frente do curso de filosofia da USP demonstram o grau de envolvimento e a capacidade de sedução bem como de arregimentação do professor francês. Gilda de Mello e Souza, Antônio Cândido, Mário de Andrade e até mesmo Oswald de Andrade, pai fundador do modernismo literário brasileiro, mas que fora preterido numa seleção para professor da FFCL, elogiavam o mestre francês sem reservas: “Até mesmo o impossível Oswald de Andrade punha de lado sua birra dos universitários e abria uma exceção para o ‘professor Maugüé’: ‘olhe, deste eu gosto, como ele interpreta e ensina!’” (ARANTES, 1994, p. 65).

O projeto de Maugüé evidenciava-se de alguma maneira no seu estilo docente, naquilo que parecia ser o propósito que decidiu fixar para o ensino de filosofia no Brasil: assumir todas as providências necessárias e possíveis para garantir o discernimento filosófico e as bases históricas necessárias e suficientes para orientar o pensamento filosófico nas mais variadas direções. Assim, Maugüé engendrava a primeira plataforma do ensino (superior) da filosofia no Brasil. A sedução de Maugüé foi posta a serviço do seu projeto de formação. Seu encanto era um convite à formação intelectual num nível de qualidade até então não experimentado no ensino brasileiro. A imagem de elegância de Maugüé serviu, antes de tudo, para engendrar sutilmente uma cultura de investigação profissional nos estudos de filosofia no Brasil.

Maugüé compreendeu a crise cultural instalada na sociedade brasileira, cujos desdobramentos rebatiam na precariedade do ensino. Desse modo soube inventar uma proposta prática – solidária ao interesse pressuposto no estudante – que inaugurou os estudos do pensar filosófico no Brasil a partir dos padrões de rigor e de excelência das universidades francesas. Assim, tentou conciliar as dimensões de inclusão e acolhimento, sem abrir mão de um ideal civil de qualidade.

A contribuição específica de Maugüé passa por dois gestos de considerável efeito: 1) reformulou o programa de ensino que acabara de encontrar no curso de filosofia da USP, considerando o perfil médio de cada grupo de estudantes; 2) insistiu na importância de uma rotina de estudos e pesquisas, de modo a fixar o aprofundamento filosófico como hábito. Sobretudo, por exigir uma autodisciplina de estudos e por demonstrar em sua própria *performance* oratória uma paixão genuína pela filosofia, Maugüé suscitaria em seu entorno o prazer da leitura do texto filosófico, criando uma nova experiência acadêmica, vívida, elegante, prazerosa, mas, sobretudo, rigorosa e clássica.

Para professora emérita da USP, Gilda de Mello e Souza, também aluna de Maugüé (e mais tarde esposa de Antonio Candido), ele produzia entre os alunos uma espécie de *phatos* civilizatório. Assim, foi mais do que um mero professor, foi um modelo, lúcido e cativante. Mas não se tratava apenas disso. Como já dito, não foi apenas o charme pessoal do professor francês que se converteu em fórmula de trabalho: sua honestidade intelectual demonstrada pelo respeito às fontes originais e seu estímulo constante ao auto-cultivo dos estudantes também foram decisivos. Os efeitos desse método, aparentemente personalista,

se fizeram perceber nos anos de 1950, 1960 e 1970, quando finalmente despontam os frutos maduros que fizeram a conversão da *élégance* em timidez programática.⁶

Maugüé não era apenas um professor – era uma maneira de andar e falar, que alguns de nós imitávamos afetosamente com perfeição; era um modo de abordar os assuntos, hesitando, como quem ainda não decidiu por onde começar e não sabe ao certo o que tem a dizer; e por isso se perde em atalhos, retrocede, retoma um pensamento que deixara incompleto, segue as ideias ao sabor das associações. Mas esse era o momento preparatório no qual, como um acrobata, esquentava os músculos; depois, alçava vôo e, então, era inigualável (...) não mais a repetição mecânica de um texto, vazio e inatual, cujas fontes eram cuidadosamente escamoteadas da classe, mas a exposição de um assunto preciso, apoiado numa bibliografia moderna, fornecida com lealdade ao aluno. Ao contrário da tradição romântica de ensino, baseada na improvisação e no brilho fácil, que ainda imperava na faculdade de direito, por exemplo, o professor consultava disciplinadamente as suas anotações, aumentando com isto a confiança dos alunos na seriedade do ensino. (...) em geral nos encontrávamos no fim da tarde nas aulas de Maugüé, que por essa altura eram ministradas no 3º andar do Instituto de Educação Caetano de Campos, onde funcionavam algumas secções da Faculdade. Era já noitinha quando saíamos dos cursos para a réplica ligeiramente europeia da Praça da República de então. Os plátanos, a algazarra dos pardais, o vento frio, o eco francês da voz de Maugüé – que carregando meio curvado a sua inseparável *serviette*, ia à nossa frente, discutindo a aula com algum aluno – tudo isso nos envolvia numa doce miragem civilizada (MELLO E SOUZA apud ARANTES, 1994, pp.66-67)

Entre os admiradores que testemunharam o sucesso da retórica francesa de Maugüé diante do entusiasmo provinciano dos estudantes brasileiros, a opinião de Ruy Coelho, citada por Paulo Eduardo Arantes, apresenta um relativo contraste entre as expectativas e apreços naqueles tempos de iniciação acadêmica em relação aos anos seguintes, quando já se havia atingido um grau mais elevado de maturidade intelectual: “pergunto-me se o professor Jean Maugüé, que era brilhantíssimo, mas não muito profundo – custamos a perceber isto – teria hoje o mesmo sucesso”. Na opinião de Ruy Coelho, o encalstramento acadêmico que se seguiu a esta experiência original acabaria por exigir um tipo de estudo “mais sério, mais sedimentado, mais articulado” (1994, p. 66) do que foi capaz de fazer Maugüé em seu tempo.

⁶ A noção de “timidez” ou de “tímido”, são utilizadas para caracterizar uma postura, tipicamente uspiana, de leitura exegética e de comedimento preventivo e profilático quanto aos assuntos relativos às “altas paragens do pensamento”. Esta ideia se deve a Paulo Eduardo Arantes no seu livro “Um departamento francês de ultramar”. (“Timidez da filosofia” In ARANTES, 1994).

Maugüé soube aproveitar os ingredientes disponíveis, tais como o entusiasmo, a receptividade e o potencial criativo que eram qualidades já então consideradas típicas do estudante brasileiro. Aproveita-se também da autoridade que exercia com os seus *berloques* para criar as condições necessárias para seriação de ideias, superando as investidas temáticas avulsas, sem passado e, por isto mesmo, sem futuro! Sua função foi a de forjar as condições sem as quais o desenvolvimento acadêmico da filosofia no Brasil não teria sido possível mais adiante. Talvez não seja exato dizer que se cria a partir de Maugüé uma filosofia brasileira, nacional, local tal como ocorre com a literatura que, nas palavras de Arantes: “de pastiche em pastiche”, assumiu ainda no século XIX uma identidade pátria. No caso da filosofia, pode-se dizer que com a experiência de Maugüé funda-se uma tradição de estudos feitos a partir das “fontes originais”, a dispensar o auxílio simplificador dos manuais e dos comentadores intermediários.

Tudo isto, deveria condensar-se numa estética da discricção, no cuidado que obriga ao “filósofo” – que se sabia não o ser – a um trato moderado e absolutamente responsável com a filosofia. Além disto, Maugüé demonstrava também uma capacidade de assumir posições, de rejeitar os apelos às simplificações ou outras formas quaisquer de reducionismos; bem como reagia às novidades frívolas e às formas autoritárias de controle intelectual. Maugüé não tardou a elaborar um diagnóstico da cultura filosófica nacional, como também prescreveu um antídoto e uma profilaxia para que fosse evitado um retorno às mesmas condições que encontrou.

Os desafios – como já haviam denunciado os “filósofos de manga de camisa”⁷ – não eram subestimáveis: “ausência de seriação das idéias”, “dependência genética do influxo de novas idéias” (Sílvio Romero) e um ambiente social e cultural “amorfo e dissolvido”, cultor de uma espécie de “curiosidade bruxuleante, desfibrada, mole, excessivamente plástica e

⁷ Consta que Tobias Barreto proferiu no dia 7 de outubro de 1877, durante a inauguração do Clube Popular do Município de Escada, em Pernambuco, o célebre “Discurso em Mangas de Camisa”, que ele mesmo publicou dois anos mais tarde. O discurso marcado pela fala direta, informal, exortativa e pelo tom polêmico e belicoso, próprio à Escola do Recife, foi elogiado por Sílvio Romero em seu *Machado de Assis* e destacado pelo principal biógrafo de Tobias Barreto, o memorialista baiano Hermes Lima, como uma obra-prima da Sociologia brasileira e testemunho do temperamento do autor (1939, pp. 283-309). Miguel Reale (1976) viu nesta expressão e no tom apaixonado do discurso alguma analogia com um tipo paradigmático de ataque sectário aos adversários do pensamento brasileiro, assim sugeriu a expressão “filosofia em mangas de camisa”, como um termo perfeitamente aplicável ao tom dos depreciadores do pensamento nacional. Antonio Paim (1997) sugere que a expressão mais adequada seria: “uma filosofia de mangas arregaçadas”, pois para ele esta imagem remete, de forma mais clara, a uma disposição para um confronto mais direto. Esses típicos libelos incendiários, prenhes de *ad hominem* se tornaram comuns na filosofia feita no Brasil.

dúctil” (Tobias Barreto). Maugüé opôs a esta “cultura invertebrada”, que ameaçava malograr a cada instante, um receituário simples, encarnado desde sempre nas mais clássicas tradições do pensamento filosófico: sabedoria, prudência, discernimento, gosto e formação. Para corrigir os hábitos diletantes já bastante arraigados seria necessário estabelecer procedimentos, métodos, enfim, seria necessário engendrar um processo formativo que no caso particular de Maugüé se fixava, sobretudo, no seu exemplo profissional. Para que se pudesse ousar a fazer uso do próprio entendimento, como recomenda a máxima iluminista (*sapere aude!*), seria necessário submeter-se a um processo de aperfeiçoamento exaustivo, que exigiria sacrifícios sem a promessa de recompensa (CORDEIRO, 2008).

O público que inicialmente compôs o alunado do curso de licenciatura em filosofia da FFCL era formado por intelectuais, médicos, advogados e demais interessados em cultura geral. Não se tratava, portanto, de um auditório propriamente incauto. Ou seja, nas primeiras turmas predominavam numericamente aqueles que já tinham, de alguma forma, definido suas funções sociais e que se inclinavam pela filosofia em busca de um deleite espiritual ou da confirmação dos dogmas cristalizados em especial nas duas correntes filosóficas que eram dominantes no Brasil dos anos 1930: o tomismo e o positivismo. Numa situação dessas não havia muito mais a fazer do que tentar estimular a curiosidade especulativa e o senso crítico e histórico obnubilado pelas ideologias em voga – isto na opinião do professor Pierre-Étienne Bornne (antecessor de Maugüé) em carta-relatório em janeiro de 1935 a Jean Marx e George Dumas (Ver em CORDEIRO, 2008, p. 108, nota 71). A partir de 1935 ingressaram em diversos cursos de licenciatura da FFCL, os professores da rede pública paulista,⁸ alterando sensivelmente o perfil do alunado de filosofia e exigindo adaptações que compensassem as discrepâncias em relação ao repertório cultural dos novos egressos que se revelava, sob o estrito ponto de vista do letramento clássico, bem

⁸ Muitos alunos das primeiras turmas abandonaram os cursos nos primeiros semestres. Isto porque a maioria já se encontrava ocupada com suas funções anteriores à novidade da USP e não tinha tempo para acompanhar os cursos de modo a atender aos “altos padrões acadêmicos” fixados pelos estrangeiros. O perigo da falta de alunos ameaçava a continuidade das atividades. Em 14 de março de 1935, o Secretário da Educação e Saúde Pública de São Paulo, Márcio Munhoz, convoca através do Diário Oficial do Estado de São Paulo cinquenta professores do magistério público primário para cursarem como ouvintes, sem as obrigações e direitos dos estudantes regulares, cursos avulsos na FFCL/USP. Eram chamados de “alunos comissionados”. Mais adiante (1936, 1937), os comissionados se tornaram regulares e outros professores do ensino médio (ainda sem qualquer formação) também foram matriculados de forma regular nas licenciaturas da FFCL/USP (ALELUIA, 2014, pp. 130-131).

mais precário do que àquele trazido pelos profissionais liberais e diletantes que ocuparam as primeiras vagas (MASSI, 1991).

Ao chegar ao Brasil para substituir o professor Étienne Borne membro da primeira etapa das “missões francesas” na USP⁹, Maugüé encontra um currículo já pronto pelo seu antecessor, em aplicação desde 1934, mas o alteraria em alguns pontos depois dos primeiros dois anos de contato com o público universitário. A ênfase no texto e seus problemas filosóficos serviu desde os primeiros anos como um antídoto a evitar os embaraços provocados por abordagens dogmáticas ou tendenciosas. Ao mesmo tempo, a formação estreitamente ligada à tradição filosófica clássica afastou as pretensões do amadorismo intelectual que caracterizava os estudos avulsos e o apego precipitado às novidades filosóficas conhecidas nas livrarias e cafés.

⁹ As “missões francesas” na USP tiveram, no seu início, basicamente três fases: a primeira de 1934, a segunda de 1935 a 1937, e a terceira de 1938 a 1940. A primeira missão foi marcada pela contratação de três professores universitários (Émile Coornaert, Robert Garric e Pierre Deffontaines), um professor assistente (Paul Arbousse-Bastide) e dois professores efetivos de colégios (Étienne Borne e Michel Berveiller). A missão estava longe de ser a esperada por Teodoro Ramos (que se tornou o primeiro diretor da FFCL e que juntamente com George Dumas ficou encarregado de selecionar os novos mestres), pois nela não constavam, por exemplo, os notáveis do Instituto de Alta Cultura da França. O que, evidentemente frustrou as altas expectativas do “grupo do Estadão”. Tratava-se de uma delegação transitória, pois a maior parte não almejava de fato ficar no Brasil durante três anos, que era o tempo pretendido por Ramos. A segunda missão caracterizou-se pelas substituições dos professores que não renovaram o seu contrato em 1935 (quatro professores) e pela escolha de mais um para a segunda cadeira de Sociologia recém-criada. Para a constituição dessa missão as ligações pessoais de Georges Dumas tiveram papel determinante. A delegação foi em média mais jovem que a primeira, constituída por professores efetivos de liceus de províncias. Esta missão inova as relações científicas e diplomáticas entre Brasil e França, que se caracterizavam pela vinda de professores mais velhos, renomados e com posições mais altas na hierarquia institucional de ensino. Assim, foram contratados Pierre Monbeig, Fernand Braudel, Pierre Hourcarde, Jean Maugüé e Claude Lévi-Strauss. Esta foi a missão de maior duração, pois a maioria dos professores cumpriu os três anos e alguns ficaram ainda por mais tempo, até meados dos anos de 1940. Porém, também se caracterizou por ser a mais agitada, repleta de conflitos permanentes de ordem pessoal, material e pedagógica. François Perroux é contratado em 1936, neste caso tratava-se de um renomado professor universitário, contudo ficará apenas por um ano. Em 1937, Réne Courtin o substitui. Na terceira missão, a renovação dos contratos torna-se mais difícil em virtude da vigência do Estado Novo. Júlio de Mesquita Filho e os intelectuais que orbitavam em torno do Jornal Estado de São Paulo já não possuíam a mesma influência de outrora. Nesta época os franceses ainda conservavam uma posição de prestígio, em detrimento dos professores italianos e alemães, vindos de países de regimes ditatoriais, que eram mais semelhantes ao regime que vigorava no Brasil de Vargas. Entram, em 1938, Jean Gagé, Pierre Fromont, Alfredo Bonzon e Roger Bastide. Em 1939, é contratado Paul Hugon. Com o início da Segunda Guerra as substituições estancaram-se e a missão entra em um período de estabilidade (PETIJEAN, 1996, pp. 91-95). Nas décadas seguintes chegaram como professores visitantes Michel Foucault, Claude Léfort, Gérard Lebrun e Michel Debrun, sendo que estes dois últimos permaneceram no Brasil por um longo tempo. A importação de uma “faculdade inteira”, em um meio ainda dominado pelos bacharéis em Direito e pelos diplomados pelas grandes faculdades tradicionais, representou segundo as palavras de Florestan Fernandes “uma verdadeira revolução cultural” (FERNANDES, 1975).

Os três anos do curso de Filosofia da FFCL-USP eram divididos em grupos de disciplinas. No primeiro ano, havia Filosofia Geral, Psicologia e Sociologia; no segundo, Filosofia Geral, História da Filosofia, Filosofia Moral e Social e, por último, Sociologia; no terceiro de novo, mas um passo adiante (como o que hoje denominaríamos “II”): Filosofia Geral, História da Filosofia, Filosofia Moral e Social e Sociologia. Importa frisar que não foi essa a organização que Maugüé herdou do seu antecessor, Étienne Borne. Para o ano letivo anterior, chamado inicialmente “1934/35”, a distribuição obedecia a uma ordem um pouco diferente: para o primeiro ano, Psicologia (os métodos, o objeto, os problemas), Filosofia Geral (os grandes problemas da matéria, da vida, do espírito); para o segundo ano, Filosofia Geral (os métodos: metafísicos, dogmáticos, criticismo; filosofia da indução), Filosofia Moral e Social (história das idéias morais; o problema da natureza da sociedade), História da Filosofia (estudo de um grande autor: platonismo, cartesianismo); para o terceiro e último ano, Filosofia Geral (estudo especial sobre um grande problema), História da Filosofia (estudo sobre um grande autor e sobre um grande texto. Ex.: Descartes e “Crítica da Razão Pura”), Lógica e Filosofia das Ciências (história dos métodos científicos; o problema do valor da ciência). E foi esse o programa que Maugüé precisou aplicar quando aqui chegou. Como sabemos, logo viriam as primeiras férias da Missão Francesa, largamente estabelecidas de outubro de 1935 a fevereiro de 1936. Foi depois desse recesso que Maugüé voltou com uma nova proposta, além de conjunto de diretrizes para melhor encaminhar os estudos de Filosofia no Brasil (CORDEIRO, 2008, pp. 107-108)

No *Anuário da Faculdade de Filosofia (1934/1935)*¹⁰ foi publicado um conjunto de normas que viria a se tornar, na opinião de Paulo Eduardo Arantes, a “certidão de nascimento da filosofia na USP” ou “certidão de nascimento da filosofia no Brasil”. Este documento, que veio ao grande público em 1955, na Revista Brasileira de Filosofia, foi intitulado de “O ensino da Filosofia: suas diretrizes” e se tornou, segundo Paulo Arantes, fundamental para “o entendimento do rumo ulterior dos estudos filosóficos uspianos”.

Aliás, nem o próprio Maugüé podia imaginar que trazia consigo sob medida, não no bolso do colete, mas na sua bagagem de antigo *normalien* nascido e crescido à sombra de uma tradição de filosofia universitária com idade da Terceira República e tingida por um vago neokantismo, porém tão arraigado que nem mesmo a voga bergsoniana conseguira extirpá-lo, o antídoto adequado aos males do transoceanismo ... (1994, p. 63).

¹⁰ A pesquisadora Ana Beatriz Feltran Maia explica este anacronismo contestando as datas dos anuários da FFCL da USP. Segundo a historiadora os anuários de 1934/1935 foram publicados postumamente na década de 1950 e foram colocados neles produções que, como as de Maugüé, que deveriam compor os anuários seguintes de 1936/1937 ou 1937/1938 (MAIA, 2011).

Uma combinação tanto insólita quanto bem-sucedida, entre a disciplina escolar francesa, já cristalizada na experiência universitária de lá (com forte acento escolástico, tal como a nossa matriz jesuítica), e uma espécie de neo-kantismo, que fez da fórmula kantiana (“a filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar”) seu ponto de partida, produziu um efeito modernizador na formação superior brasileira. O kantismo, que era conhecido entre nós desde os tempos de Tobias Barreto, torna-se remédio para aplacar os danos de nossa má formação.

Maugüé resume os aspectos que considera como síntese do seu trabalho de orientação geral para o ensino universitário de filosofia no Brasil:

1) O ensino da filosofia deve ser pessoal, tanto da parte do professor como da parte dos estudantes. Pedem ao professor reflexões que empenhem a sua responsabilidade intelectual. Seria de desejar que se pedisse aos estudantes um pouco mais de personalidade.

2) A personalidade do estudante forma-se na atenção dada às lições, sobretudo na reflexão, e mais ainda, pela leitura, lenta, contínua e meditada.

3) A leitura deve ser uma regra de vida para o estudante. Este não deve ler naturalmente senão os bons autores. É mais seguro ler aqueles que o tempo já consagrou. A filosofia começa com o conhecimento dos clássicos.

4) A História da filosofia deve ter, no Brasil, um lugar primordial. Ela pode ser ensinada, seguindo métodos rigorosos e perfeitamente modernos. Não há vida presente sem o conhecimento da vida passada.

5). Enfim, o futuro da filosofia no Brasil depende da cultura que o estudante tiver adquirido anteriormente. A filosofia, segundo uma das concepções da República, de Platão, nada mais é que o coroamento dialético de um ensino harmônico e completo (1955, pp. 649-650).

A cultura filosófica não poderia figurar como um conjunto de ensinamentos eternos e imutáveis a ser transmitido pelo professor: “Isto significa que em vão se procurará um corpo de verdades já constituídas, que sejam objetivamente transmissíveis e em face das quais o talento do professor representaria apenas o papel de mero acidente” (MAUGÜÉ, 1955, p. 643). Se a ideia de transmissão e o uso de manuais talvez fossem úteis ao ensino da matemática ou da física o mesmo não se poderia dizer da filosofia.

Fazendo girar como um prisma aquela pedra de toque da arquitetônica kantiana, o professor francês ia alinhado com desembaraço definições de princípio ao lado de conselhos práticos e preceitos escolares. Uma convivência muito prosaica que não se explica apenas pelo vezo professoral do autor. Para além dos cacoetes institucionais herdados da tradição próxima, convém não esquecer que a própria equação kantiana autorizava tal superposição de registros, o que aliás espelhava a intenção de renovação cultural ampla e radical característica da filosofia clássica alemã, como se sabe, obra coletiva de mais de uma geração de universitários. Lembrar, na esteira da modernidade trilhada pelos pós-kantianos, que não se ensina filosofia, mas apenas a filosofar, era lembrar antes de tudo que a filosofia não possui objeto próprio e que, portanto, essa disciplina invisível e inapreensível não pode se apresentar como um conjunto de conhecimentos objetivamente transmissíveis, o que só agrava a carga de inventiva exigida do professor posto assim em disponibilidade. Noutras palavras, filosofia não é “matéria” que se ensine; ao contrário do saber positivo, ela não dispõe de um corpo de verdades, constituídas de tal sorte que dispense o talento do professor, tolerado nestes casos como mero acidente, quando existe. (ARANTES, 1994, pp. 63-64).

O esquematismo simplificador deveria ser evitado, a filosofia respira como um ser vivo, presente, ativo. Assim o professor não poderia ser um mero transmissor de informações acumuladas historicamente. Filosofia, ensino, formação e auto-formação são indissociáveis. Referindo-se ao ensino da moral, da lógica ou da estética, DIZ Maugué que “nestas delicadas disciplinas o ensino da filosofia vale o que vale o pensamento daquele que as ensina. *A filosofia é o filósofo*” (1955, p. 643, grifo nosso). Logo a filosofia dependeria exclusivamente da potência reflexiva do filósofo, o ensinar a filosofar se daria por uma espécie de efeito mimético, cuja experiência se manifesta através da formação: não se ensina filosofia, forma-se – quando possível – filósofo. O valor deste filósofo-educador vale o que vale a qualidade de sua formação, o forro de sua cabeça, o lastro de seu repertório intelectual (FAVARETTO, 1996). E Como consequência desta exigência de rigor e excelência dá-se a radical abolição dos manuais ou de outras quaisquer fórmulas que apontem para uma redução. O filósofo-educador deve criar os seus caminhos baseado em seu próprio repertório que deverá ser enriquecido, tanto quanto possível, com as artes e as ciências.

Paulo Eduardo Arantes observa que esta concepção de Jean Maugué – que concentrava no talento filosófico do mestre (fruto do êxito de uma formação consistente) a possibilidade de sucesso ou fracasso da experiência de ensino – de algum modo contrariava

as expectativas dos atalhos e transferia bem mais para o “filósofo” em desenvolvimento do que para a instituição formadora a responsabilidade por sua própria formação. Na interpretação de Arantes o que faria de um estudante de filosofia um filósofo não seria o diploma, mas a qualidade de sua própria reflexão, embora a chancela acadêmica devesse servir ao exercício social de sua função:

Daí o desencontro permanente, confundindo os de fora e avivando o mal-estar dos de dentro: o diploma em filosofia sancionava uma competência cujo espírito o desautorizava, embora não pudesse se impor na sua liberalidade sem aquela chancela de exclusivismo. Trocando em miúdos, o reconhecimento do caráter reflexivo da filosofia — pois afinal é disso que se trata — redundava em recomendações do seguinte teor: ficam abolidos manuais e panoramas, e instituídos os cursos monográficos. Fácil dizer, difícil cumprir. Visto que a filosofia não tem objeto, ela se confunde com o filósofo, o seu ensino vale o que anda pela cabeça daquele que a ensina. Desnecessário dizer que Jean Maugüé não por acaso tinha o *physique du rôle*, que no seu caso, de fato, uma cátedra de filosofia era mesmo, pura e simplesmente, um filósofo. Considerando-se seu tipo intelectual e o papel que exerceu naquele momento decisivo de nossa formação, não se pode deixar de admirar a conjunção de contingências que permitiu à longínqua descoberta kantiana da reflexão transcendental amparar sua verve natural, um gênero de espírito que não podia dispensar, para melhor se exercer, uma soma de proezas histriônico-filosóficas que se prolongava até o êxito mundano como o seu mais natural complemento (1994, p. 64).

Ao filósofo caberia o esforço de síntese, enquanto ao cientista caberia a análise, potencialmente infinita, dos dados da natureza. Filosofar é um ato reflexivo que aprende a si mesmo enquanto toma parte das atividades engendradas pela cultura, “é entrar em contato com essa atividade, é traçar a sua orientação, é tornar a achar a inteligência, o espírito, nos domínios de seu exercício e mesmo nos resultados dos seus esforços” (MAUGÜÉ, 1955, p. 644). Se as ciências e as artes são manifestações do poder espiritual humano de estudar a natureza, de decompor seus elementos ou de criar o assombro estético, “a filosofia é uma tentativa superior, [mas] de segundo grau” (p. 644). Desse modo, Maugüé indicava claramente que não se poderia estudar a filosofia, sem que um relativo acúmulo de afetos (das artes) e percepções (das ciências) estivessem à disposição. A filosofia é anterior às ciências e as artes.

No conjunto dos conhecimentos humanos a posição do ensino filosófico é ao mesmo tempo extremamente humilde e extremamente orgulhosa. É muito humilde, pois o estudo da filosofia só vem depois do das outras ciências. Seria absurdo imaginar que este ensino pudesse precedê-las. É necessário primeiro que a inteligência se tenha exercido, que tenha dado resultados concretos, que se tenha, por assim dizer, verificado pelos seus próprios sucessos, para que, depois disso, se possa voltar sobre si mesma. É através de outras ciências, das matemáticas, da física ou de outras artes, da pintura, da música, que a filosofia se exercerá. Eis porque ela parece inapreensível (..) Não possui objeto próprio (...) A sua sorte está ligada aos encaminhamentos, às vicissitudes, ao progresso das atividades científicas, morais e estéticas sobre as quais ela medita (...) Mas, quanto mais humilde, tanto mais orgulhosa, porque ela é o sinal de identidade de origem, sinal esse que dá a todos os sucessos obtidos pelo homem o seu aspecto de parentesco (...) Uma cátedra de filosofia é pura e simplesmente um filósofo (...) A dialética de um Platão nada é sem o seu espírito. Platão é a sua própria dialética (MAUGÜÉ, 1955, p. 644).

Da concepção do que é a filosofia, Maugüé deduz o que deve ser o processo formativo que garantirá o seu ensino. O professor Denílson Soares Cordeiro destaca seis aspectos essenciais de sua plataforma e que são postos como condições necessárias ao aprendizado da matéria:

1. Sendo [a filosofia] um esforço de reflexão sobre o conhecimento de outras disciplinas, será imprescindível ao estudante procurar ter uma cultura vasta e precisa;
2. A qualidade de aproveitamento do ensino estará diretamente vinculada à qualidade do aproveitamento do ensino anterior;
3. A Filosofia deve reconhecer-se no seu passado, por isso o ensino da Filosofia deverá ser primeiramente histórico;
4. Posteriormente poderá ser mais seguramente contemporâneo;
5. Todo filósofo deve ser lido em seus próprios textos;
6. O aprendizado será não apenas histórico, mas sobretudo pessoal e íntimo. (2008, p. 89)

Depois de sublinhar o papel do professor-filósofo a plataforma de Maugüé centra-se na figura do estudante. O processo formativo exige que o professor seja, em certo sentido, um filósofo e do estudante exige-se que deva satisfazer algumas condições prévias a fim de também tornar-se, no percurso formativo continuado, um filósofo. Desta forma Maugüé parece fundir parcialmente as responsabilidades no processo de aprendizagem e formação filosófica. A filosofia é um “esforço de reflexão sobre conhecimentos e atividades que ela pede a outros, mas que ela não cria”, logo, para que se tenha um ponto de partida, o estudante deverá possuir “uma cultura vasta e precisa” (MAUGÜÉ, 1955, p. 645).

O professor Denílson S. Cordeiro observa que embora Maugüé não exija (nem sequer mencione) uma reforma do sistema educacional que torne possível tal acúmulo de conhecimentos, necessários à aprendizagem filosófica, de algum modo isto fica pressuposto. Como seria possível a aquisição prévia de conhecimentos científicos sem que houvesse “bibliotecas adequadas, programas de publicação de livros, acessos diretos garantidos, formação sólida para professores etc?” (CORDEIRO, 2008, p. 90).

A necessidade de uma formação prévia¹¹ (e implicitamente, da estrutura que a tornaria possível) é enunciada no que Maugüé chamou de primeira lei das suas diretrizes e que seria...

(...) particularmente importante para o Brasil, a saber: *o ensino da filosofia vale o que o ensino anterior tenha valido* (...) [pois] quanto mais bem forrada de conhecimentos for a cabeça a que ele se dirigir, tanto melhor será compreendido o ensino filosófico (MAUGÜÉ, 1955, p. 645, grifos nosso).

Para Maugüé: “A filosofia vive no presente (...) Não é corajosamente filósofo senão aquele que cedo ou tarde expressa o seu pensamento acerca das questões atuais” (1955, p. 645). A filosofia é coisa presente, presa ao passado. Ela também é histórica, mas se realiza, a contento, no presente. Por história da filosofia, evidentemente, não se entende a justaposição cronológica das doutrinas, mas a base sobre a qual se sustenta a especulação sobre o presente. A filosofia deve conhecer a si mesma, e esse acesso a si mesma se realiza através de um mergulho profundo em sua própria tradição. Assim o ensino da filosofia deve ser antes de tudo, um ensino histórico, para que a partir daí o que é contemporâneo possa comparecer como um sinal de maturação filosófica. “A filosofia vive no presente” e somente se alimenta do seu passado apenas quando este lhes é muito bem conhecido.

A filosofia deve conhecer-se a si mesma, deve reconhecer-se no seu passado. Deste modo, os prolegômenos de toda a filosofia futura são o conhecimento da filosofia vivida, aquela que nos transmite a história. Esta

¹¹ Nota-se que pela exigência de uma formação prévia à iniciação filosófica, as posições de Maugüé e as de Sílvio Romero publicadas em seu opúsculo sobre o ensino secundário são convergentes (1898). Maugüé fala do ensino superior, Romero de uma etapa anterior, contudo, tanto o crítico intrépido da Escola do Recife quanto o missionário acadêmico francês convergem para um mesmo princípio: o estudo da filosofia, requisita, exige e consagra um preparo cultural, artístico e científico que é a própria medida do que se pode aprender e avançar com a filosofia.

nos proporcionará grandes ensinamentos. O ensino da filosofia deverá ser, pois, primeiramente histórico. Será, a seguir, mais seguramente contemporâneo. A serenidade e a neutralidade são mais respeitadas no ensino do que pertence ao passado que no ensino ardente do que é atual. As transposições do passado ao presente se farão por si, uma vez desperto o espírito do estudante.

Enfim, quando dizemos que a filosofia deve repousar sobre o conhecimento da história, é necessário que nos entendamos (...) A história da filosofia consiste na retomada de contato, na comunhão com os grandes espíritos do passado. Platão, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Espinosa que ainda são vivos nos seus textos. Causa surpresa, e até indignação, observar como quase em toda a parte se ensina a filosofia, sem que se leiam os filósofos (MAUGÜÉ, 1955, pp. 645-646).

Não se pode pretender estudar as filosofias sem que se leia, diretamente, a partir dos seus autores e nos textos originais, sempre que for possível. Não nos seria permitido acessar verdadeiramente outras inteligências do passado se não fosse pelo contato direto com a obra do autor, com sua língua, sua retórica, sua poética e os seus traços de estilo mais particulares. Filosofia é coisa que tem assinatura, idiosincrasias semânticas, enfim, uma identidade linguística e cultural. Comentadores podem ajudar na aproximação entre o leitor e o filósofo ou filósofa, jamais substituí-los. Tradutores também são intérpretes com a tarefa de tentar dizer numa determinada língua aquilo que foi dito em outra. Os problemas da tradução em filosofia são similares àqueles da tradução da poesia e da prosa literária. Sempre é traído – em alguma medida – aquilo que se constitui como especificidade (intraduzível) de um texto. O tradutor esbarra aqui e ali em dificuldades cujas notas podem atenuar, mas não conseguem jamais estabelecer o mesmo nível de significação que apenas uma leitura fluente no original pode ter. Tradutores e comentadores cumprem um importante papel na democratização do acesso à cultura livresca, permitem às camadas menos ilustradas se aproximarem do pensamento filosófico; mas isso não é suficiente para garantir a formação de um filósofo.

Maugüé sublinha o caráter íntimo e pessoal do contato com a filosofia.

É certo que a filosofia se trai a si mesma quando negligencia aqueles que efetivamente a representaram. Não se pode, todavia, imaginar proveito maior do que aquele que nos dá o contato, que nos dá a familiaridade e, logo, a afinidade com as inteligências do passado. O ensino - e aqui ele escapa completamente ao professor - será, não apenas histórico, mas sobretudo pessoal e íntimo. O estudante apenas pode considerar-se no caminho da filosofia no dia, mas só no dia em que, no silêncio do seu

quarto de estudo começa a meditar por si mesmo sobre algum trecho de um grande filósofo (MAUGÜÉ, 1955, p. 646).

Não é o vínculo institucional, nem o diploma, muito menos a carreira universitária que farão do estudante um filósofo. A relação com a filosofia não se estabelece por decretos, nem segue protocolos burocráticos. Trata-se de uma relação eminentemente pessoal, íntima, algo que é feito por si mesmo, por vontade e por vocação própria. Aqui fica evidente sua visão deflacionada do papel do professor, em contraste com a sua figura cintilante. Não satisfeita esta condição o magistério filosófico torna-se impotente. O professor não poderá substituir a falta de apetite intelectual do aluno. Poderá sim, motivá-lo, auxiliá-lo, orientá-lo, mas somente terá efeito se o estudante, “no silêncio do seu quarto de estudo” decidi “meditar por si mesmo sobre algum trecho de um grande filósofo”. Observe-se que Maugüé não fala de “pensar sobre si mesmo” ou “pensar a partir de si mesmo”. O trabalho filosófico ocorre quando o estudante decide “meditar por si mesmo sobre algum trecho de um grande filósofo”. Ou seja, a meditação junto à tradição histórica da filosofia, motivada por interesse e empenho próprios, é condição necessária do filosofar.

Maugüé teve que ajustar suas pretensões à realidade cultural dos estudantes da USP. O discernimento pretendido esbarrava em traços nos quais ele via alguma semelhança entre os brasileiros e os norte-americanos, e.g., julgar as doutrinas filosóficas segundo sua novidade e sua utilidade prática. Traço também característico do nosso utilitarismo lusitano. O desafio era ensinar aos filoneístas que as aparentes novidades da filosofia podem ser encontradas quase por inteiro nos ecos das antigas tradições. Os clássicos da filosofia são perenes e deverão servir de guia, assim o presente deverá se orientar pelo passado, sob pena de perder-se totalmente.

A tendência brasileira parece ser, exatamente, a contrária. Dar-se-ia de boa vontade à data do aparecimento de uma doutrina, um valor fenomenológico, esquecendo-se o valor intrínseco dessa contribuição e mesmo a data verdadeira da idéia, a idade da sua inteligência. Sabemos que são as pessoas idosas as que falam da sua idade. E um prazer para quem chega ao Brasil observar como aqui são acolhidas as idéias novas, como são incorporadas com um arrojo que não existe nos velhos países. Mas parece também que já chegou a hora, para o Brasil, de filtrar a sua imigração espiritual. E eis a razão pela qual consideramos que a base do ensino da filosofia no Brasil é a história da filosofia. Pode-se perguntar qual o interesse que há para um país novo em reavivar o seu trato com

velhos pensadores como Platão e Leibniz. São eles, todavia, que nos dão, por contraste, um sentido à nossa época. Serão eles que a tornarão consciente, fazendo com que ela possa aferir o que tem ganho em poder sobre a natureza, em clareza na inteligência e em justiça na vida moral. Em navegação, a posição e as novas rotas são dadas em referência a certos astros, considerados fixos. Os filósofos clássicos são os pontos fixos da história. Se o presente não se situar exatamente em relação ao passado, será como um navio que perdeu a rota. Naturalmente, a história não é erudição. O professor deverá constantemente traduzir o sentido da obra que estudar em termos atuais. Ser-lhe-á bastante para isso revelar o que nele próprio se passa quando estuda um velho autor. A leitura de um filósofo clássico sugere idéias e imagens que serão fatalmente atuais. Esta espécie de comentário é particularmente importante e significativa, mas a primeira necessidade do estudante brasileiro é adquirir o sentido, o tato histórico. (...) parece-nos que a tarefa do professor de filosofia, no Brasil, consiste em não esquecer as idéias novas, mas principalmente em situá-las lealmente, modestamente, no conjunto da perspectiva filosófica. É preciso não ter medo de passar por "clássico", ou por "elementar"... E preciso que nos recusemos esse prazer de parecer renovadores, de ser ultramodernos... O que é necessário é suscitar, avivar, no estudante, o senso da reflexão e das idéias gerais: em suma, criar o discernimento. O benefício das idéias gerais consiste em evitar que se generalizem as ideias particulares (MAUGÜÉ, 1955, pp. 647-648).

Quanto a tendência utilitarista da cultura brasileira que só acolhe aquilo que parece servir a algum propósito imediato, seria necessário advertir sobre a diferença entre o valor “intrínseco” de uma idéia e sua importância prática. Ainda que a utilidade possa eventualmente figurar como um critério legítimo, não se deve sujeitar uma filosofia às suas conseqüências práticas. Não se pode cobrar de uma filosofia imediatismo, facilidade e praticidade, que embora sejam qualidades essenciais para a tecnologia e para vida de uma maneira geral, jamais poderiam se constituir virtudes filosóficas em si. A vida inteligente do espírito reclama por cautela, repouso e meditação. A filosofia se forja no recuo, no contra-pé, na retaguarda dos avanços e progressos das ciências. Não se pode reduzi-la a uma receita, nem a exigir resultados para além daqueles que se fundam na “paciência do conceito”. A filosofia não se presta a resolver emergências. Em matéria de filosofia o avanço se faz com o recuo, o passo adiante só é possível com o apoio seguro de um passo atrás. Apenas na “solidão do quarto de estudos”, na serenidade de uma meditação alentada pelo esforço de compreensão do passado, é que o filósofo poderá provar sua utilidade pública.

O espírito pouco tem que ganhar com o contato do que se denomina "espírito prático" ou utilitário. É preciso não confundir o útil e o imediato, ou o útil e o fácil, porque assim todo o esforço de reflexão, de coordenação, seria inútil. Quando o presente está a exigir de nós, com urgência, a solução imediata de tantas questões prementes, que proveito teremos em nos voltarmos sobre nós mesmos, em nos examinarmos, em nos julgarmos e em estabelecer confrontos com o passado? Não seria melhor declarar que a filosofia é o traço característico das épocas infelizes, das épocas de recalçamento e não seria melhor que nos dirigíssemos, que até corrêsemos para onde nos chamam as impulsões sãs, não seria melhor construir laboratórios, fundar institutos, seguir curvas econômicas - viver - como se diz correntemente? É certo, porém, que não se vive a não ser com o espírito, com a própria inteligência e é no repouso da reflexão - e aí só - que o espírito e a inteligência se encontram. Se há, pois, países que têm necessidade de ventilar a sua filosofia, um tanto anquilosada em velhos métodos, o Brasil, entretanto, terá interesse em se meditar a si mesmo, no ponto da trajetória que já percorreu. Parecerá assim que o estudante se desvia dos fins práticos da existência, mas de fato ele retomará melhor forma e a sua marcha será mais segura. A história das ciências aí está para nos provar esta asserção. Todo progresso científico, toda revolução espiritual foi precedida de uma época dialética, durante a qual se demonstrou desinteresse pelos resultados positivos, mas que trouxe novamente a exame os princípios sobre os quais apoiava e em que fez a sua própria filosofia. Admitindo que este trabalho de recuo e de reflexão já não é mais necessário para as ciências, domínios há onde tudo ainda está por fazer, ou, mais precisamente, onde tudo depende de princípios, como na moral, na política e na economia. Pesquisar esses princípios é filosofar. O desfavor em que se tem a filosofia nos países jovens é perfeitamente merecido. Onde se tenha o direito de exigir idéias novas ou ao menos contemporâneas, como em moral, por exemplo, onde se tenha o direito de exigir que o professor sinta l'herbe pousser, como escreve Paul Valéry - aí se procura muitas vezes lançar vinho novo em velhos odres. São, assim, letras mortas o que vos trazem, não o pensamento vivo de uma realidade viva. A filosofia nunca foi responsável pelos seus filósofos... O século XX merece ter pensadores que pertençam ao século XX, e não é porque o século não os encontre que ele se pode vangloriar de poder dispensá-los (MAUGÜÉ, 1955, pp. 648-649).

A "carpintaria teatral" (ARANTES, 1994) de Maugüé exortava os estudantes ao dever de estudar. Embora isto possa parecer tautológico pleonástico, é necessário considerar que lembrar aos estudantes que eles têm o dever de estudar não é um mero truísmo professoral, mas um sintoma de um estado de coisas que ameaça a ruir e degenerar-se em barbárie. Portanto, o jovem *agrégé* tratou de encaminhar uma receita simples e direta: sem estudos qualificados, não se pode – nem se deve – tratar de filosofia.

O ingresso, contínuo e crescente, de professores da educação básica, descendentes de imigrantes oriundos das zonas rurais e das atividades comerciais, além de outros

trabalhadores das classes emergentes do processo de industrialização subverte a lógica do elitismo reproduzido na concepção original da FFCL/USP. Os “professores comissionados” levaram para USP outros repertórios de vida e outros hábitos culturais que tencionaram as relações de classe na nova FFCL. Ainda assim, Maugüé demonstrou disposição para acolher as diferentes contribuições culturais, mas sem declinar dos valores que aprendeu na *École Normale Supérieure*.

Maugüé permaneceu ensinando filosofia durante mais alguns anos a partir do curso que reformulou. Ainda pôde selecionar como professores assistentes nas subseções de Filosofia alguns de seus ex-alunos: Cruz Costa assumiu a docência do componente curricular Filosofia Geral; Lívio Teixeira ensinou História da Filosofia e Anita Cabral se tornou professora de Psicologia. Maugüé também permaneceu ministrando cursos nessas três áreas (CORDEIRO, 2008, p. 95). Quando decide partir para lutar por seu país na II Guerra, Maugüé deixa colegas e estudantes que nos anos seguintes aprofundariam as experiências de investigação filosófica rumo ao estruturalismo radical, à leitura cerrada, à filosofia como coisa profissional e estritamente técnica: a timidez uspiana é enfim inventada e consagrada a partir da plataforma forjada por Maugüé, não obstante sua inclinação por uma visada mais geral, propedêutica e aplicada. Em 1945, Maugüé retorna à França como herói de guerra, torna-se diplomata e diretor do serviço cultural francês atuando nos anos seguintes na Argentina, Grécia e Canadá. Nos anos 1960 retorna ao ensino secundário francês e mais tarde se aposenta para escrever seu livro memórias: *Lês Dents Agacées* (1982). Segundo nos conta Antônio Cândido, este foi “o seu único texto de maior vulto, em cuja motivação profunda Fernand Braudel parece haver tocado numa resenha lúcida publicada em *Le Monde*, ao dizer que Maugüé o escrevera a fim de perguntar a si mesmo a razão pela qual alguém tão capaz como ele nada produzira que mostrasse quem realmente era” (2007, p. 14).

Falece solteiro e sem filhos, em Paris, no ano de 1990. Deixa ao curso de filosofia da USP e ao ensino da filosofia no Brasil um duplo legado. Primeiro, suas diretrizes, que fixaram um modelo de ensino que ainda tem muito a dizer aos novos cursos de filosofia nascidos da recente expansão universitária; em segundo lugar, o exemplo de sua sofisticação e nobreza pessoal que imprimiram marcas indeléveis naqueles que mais tarde se tornariam a linha de frente da excelência uspiana. Antonio Candido, cedendo ao fascínio

do seu estilo exclama: “não eram as aulas, era ele!” (Apud CORDEIRO, 2008, p. 124). Um discreto charme e uma exposição oral que nada ocultava e que remetia os temas da filosofia à vida, da vida à filosofia, marcaram a presença de Maugüé como precursor da filosofia universitária brasileira. A *coquetterie* do mestre francês, seu modo de falar, de andar, seus meneios e sutilezas sedutoras ajudaram a formar, no Brasil e também na França, uma geração de importantes historiadores, críticos do teatro, da literatura e do cinema, além de filósofos relativamente influentes no debate público brasileiro. Entretanto, Jean Maugüé ainda é um personagem relativamente desconhecido em nosso meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALELUIA, José Roberto Sanabria de. *A invenção do filósofo ilustrado: notas arqueogenológicas do ensino da filosofia no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. “Cruz Costa, Bento Prado Jr. e o problema da filosofia – uma digressão”. In ARANTES et al. *Filosofia e seu ensino*. São Paulo: EDUC; Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de et al. “Université de São Paulo, Faculte de philosophie, lettres et sciences humaines. Rapport sur lês professeurs français (1934-1987)”. In Cardozo, Luiz Cláudio & Martinière, Guy (orgs.). *France-Brésil: vingt ans de coopération (sciece et technologie)*. Paris: Éditions de l’IHEAL, 1989.

CANDIDO, Antonio. “A importância de não ser filósofo”. Revista Discurso, n° 37. São Paulo: FFCH-USP, 2007, pp. 9-14.

CORDEIRO, Denílson Soares. *A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FAVARETTO, Celso. “Notas sobre o ensino de filosofia”. In ARANTES et al. *Filosofia e seu ensino*. (2° ed.). São Paulo: EDUC; Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

FERNANDES. Florestan. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEBRUN, Gerard. “Por que filósofo?”. Estudos CEBRAP 15, jan-fev-mar. São Paulo: Edições CEBRAP; Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1976, pp. 148-153.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Universidade, cidade e cidadania*. São Paulo: Hedra, 2014.

LIMA, Hermes. *Tobias Barreto: a época e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MAIA, Beatriz Feltran. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934-1949). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Campinas. Campinas, 1991.

MAUGÛÉ, Jean. O ensino da filosofia: suas diretrizes. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, v.V, fase IV, n°20, out/dez. São Paulo, 1955.

_____. *Lês dents agacées*. Paris: Buchet/Chastel, 1982.

PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1997.

PETIJEAN, Patrick. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940)”. In Hanburgue, Amélia I.(org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996.

REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. (2 ed.). São Paulo: Grijalbo, 1976.

ROMERO, Silvio. “A philosophia e o ensino secundário” [1885] In *Novos Estudos da litteratura contemporânea*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898.

SOUZA, José Crisóstomo de. “A filosofia como coisa civil (numa perspectiva histórica *ad hoc*)”. In Souza, J. C. (org.). *A filosofia entre nós*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

Recebido em: 10 de nov. 2017

Aceito em: 09 de dez. 2017